

Análise das análises

Harley E. A. Bicas

Entre os vários fatores aos quais se pode atribuir o valor de uma revista científica e seu impulso de crescimento, é inegável que o principal se refira ao conteúdo de suas publicações, provavelmente, o de consecução mais difícil. Claro que são importantíssimos os aspectos formais de apresentação, como o da qualidade do papel, o da formatação e da impressão da revista, o da propriedade da redação e o da normatização biblioteconômica, todos fundamentais para que ela seja respeitada. Aliás, sem tais cuidados, nem sequer se pode iniciar uma publicação que almeje melhor futuro. Mas eles são superáveis, dependem da organização de uma equipe para executar essas tarefas e do indispensável apoio em suas sustentações. Embora sempre possam ser apontados elementos de imperfeição em qualquer fruto do engenho humano, em nosso caso, também, seria impróprio cogitar que não há necessidade de implementação de novos elementos de trabalho, ou de corrigir falhas. Mas, por tudo o que nos oferece o C.B.O. e pelas condições disponíveis, o arcabouço e a mecânica da revista têm sido suficientes para o seu bom desempenho.

Por outro lado, o conteúdo da revista depende da iniciativa e da capacidade de autores e dos eventuais aperfeiçoamentos ao trabalho, sugeridos por seus revisores editoriais. Nesse aspecto, já é mais difícil o controle de como essas pessoas operam, por exemplo, sobre a velocidade com que um artigo enviado para exame de sua qualidade torna-se, afinal, publicado. A fluidez dessa produção é, inequivocamente, um dos pontos mais críticos da revista e que, apesar de melhorada com a assunção das análises por meio eletrônico, ainda padece de atrasos desconcertantes.

Curiosamente, não são raros os casos em que as demoras resultem dos próprios autores - teoricamente os principais interessados em que elas inexissem - seja altercando sobre a feita de correções indicadas como necessárias, ou aconselhadas, seja ignorando os questionamentos dos revisores, como se isso bastasse a que estes não mais se importassem com o assunto; enfim, deixando de tomar as providências de aperfeiçoamento requeridas ou, simplesmente, retardando os encaminhamentos de respostas. Obviamente, nem sempre o revisor tem razão ao propor modificações, o que significa que nem todas suas demandas possam, ou devam, ser atendidas. Mas é prudente compreender que se o revisor (supostamente melhor informado sobre o tema que a maioria de seus futuros leitores) não o entende como claro ou correto, é bem provável que seja conveniente uma nova forma de expô-lo (posto que a apresentada foi entendida como obscura ou confusa). Portanto, é frequentemente fútil a resistência às proposições encaminhadas, desde que as incorporações sugeridas não afetem a substância do artigo.

Mas, realmente, grande parte dos atrasos são mesmo de responsabilidade dos analistas. Infelizmente, apesar de um número bastante bom de oftalmologistas em nosso país, não são muitos os que se qualificam com o instrumental acadêmico necessário para uma análise criteriosa dos trabalhos, tecnicamente eficaz e pedagogicamente enriquecedora. De fato, não basta concluir que *o trabalho é bom e pode ser publicado*, ou que, ao contrário, ele *não está adequado para publicação*. Mesmo sendo bom, há pontos de um trabalho que podem ser melhorados ou esclarecidos; ou, principalmente, quando se dá a indicação de rejeição, mais ainda devem aparecer as razões pelas quais ela é feita, contribuindo, se possível, para a edificação científica e, ou, redacional do(s) respectivo(s) autor(es). Por fim, ainda se pede que os julgamentos sejam oferecidos dentro de prazos.

É verdade que além dessas exigências de nível, disciplina e disponibilidade aos analistas, acresce-se a da generosidade para com a comunidade. As análises são serviços prestados sem qualquer remuneração pelos A.B.O. e para exercê-las com o cuidado que merecem, o revisor sacrifica suas atividades profissionais, ou seus períodos de descanso com familiares e amigos. Mas é também verdade que esses sacrifícios não devem ser tomados como justificativas de menor qualidade nessas análises, ou de ultrapassagem de seus prazos que, apesar de relativamente amplos, não são frequentemente cumpridos.

Essa introdução, feita em caráter explicativo da importância do conselheiro editorial e da exigibilidade em suas funções, serve também para justificar mudanças que agora são feitas, com base em análise feita sobre como eles foram acionados no ano passado.

Em 2008 chegaram-nos para avaliação 248 trabalhos. Eles foram submetidos a 506 análises (ou seja, praticamente duas para cada trabalho), das quais 94 couberam diretamente a Editores Associados. As restantes foram remetidas a Conselheiros Editoriais efetivos (de entre os 61 relacionados na página de expediente, em cada número da revista) e a 155 "ad hoc". A convocação destes é imperativa, pois se apenas os efetivos fossem os chamados, ficariam sobrecarregados pela demanda das solicitações, com os requerimentos de qualidade e agilidade nos processamentos. Assim, do universo das pessoas consultadas, 20,5% foram os Conselheiros Editoriais efetivos e 79,5%, quase quatro vezes mais, os "ad hoc". O contingente dos que se comprometeram a fazer a análise foi praticamente idêntico entre os efetivos (30/40=75,0%) e os "ad hoc" (107/155=69,0%), assim como o de declaração de impossibilidade de assumi-la (respectivamente 3/40=7,5% e 18/155=11,6%) e o de expiração do prazo para resposta ao convite (respecti-

vamente $7/40=17,5\%$ e $28/155=18,1\%$). (Em dois casos para os “ad hoc” a resposta preliminar não havia sido ainda dada, mas o prazo não se houvera esgotado.)

Quanto às 412 análises distribuídas, 81 (ou 19,7%) couberam aos Conselheiros Editoriais efetivos e 331 (ou 80,3%) aos “ad hoc”. Os índices de assunção da tarefa (avaliações completadas, ou com retorno de análise ainda pendente), de recusa a aceitá-la (alegando-se variadas razões para tal) e de omissão da resposta (esgotando-se o prazo para manifestação preliminar sobre o convite - o que é ainda mais nefasto para a revista que a declaração de impossibilidade de fazer a análise) foram, entre os efetivos, respectivamente, $67/81=82,7\%$, $3/81=3,7\%$ e $11/81=13,6\%$; enquanto para os “ad hoc” esses índices foram, respectivamente, $242/331=73,1\%$, $39/331=11,8\%$ e $48/331=14,5\%$ (duas respostas ainda aguardadas, no prazo). A manifestação de compromisso com a análise mostrou-se, então, maior entre os efetivos, o que, aliás, seria de se esperar.

Convém lembrar que, entre os Conselheiros Editoriais da relação oficial, 21 não foram sequer consultados. O significado dessa ausência de encaminhamentos pelos Editores responsáveis pelas análises abrange várias possibilidades de explicação, mas é presumível que os fatores preponderantes da continência de solicitações a tais nomes tenham sido os de respeito: à sobrecarga de seus afazeres em outras áreas de atividade; às amplas responsabilidades acadêmicas ou gerenciais assumidas; ou ao atendimento a pedidos pessoais espe-

cíficos para serem temporariamente poupados. Em sete outros casos, a solicitação de julgamento foi feita, mas a respectiva tarefa não pode ser assumida (3), ou a resposta de retorno não foi recebida no prazo solicitado (4). De qualquer modo, não se poderia deixar de reconhecer - pois seria profundamente injusto - o dedicado trabalho de vários nomes não constantes da relação de conselheiros efetivos, alguns deles com até sete análises realizadas durante o ano, sem qualquer recusa às solicitações de julgamento.

Não deve, portanto, caber juízo de valores *qualitativos* às substituições na listagem de Conselheiros Editoriais, mero resultado burocrático de renovações periodicamente convenientes e circunstancialmente motivadas por justiça a desempenhos dedicados à revista mais, ou menos, intensos em 2008.

Para concluir, as publicações da revista em seus seis números normais foram 111 artigos originais (dos quais 30 em inglês), 49 relatos de casos (18 em inglês) e nove matérias de atualização continuada (três em inglês), totalizando 169 tópicos (51, ou 30,2%, em inglês). Claro que não se pode estabelecer uma relação direta entre esse número de matérias aprovadas para publicação (169) e o dos encaminhados à revista (248), pelo fluxo continuado de chegadas e saídas. Mas essa proporção de cerca de um terço de não aproveitamento da demanda revela, razoavelmente, a quantidade do que não se aceita e do que se perde por falta de rerepresentação das correções indicadas.